

## A PROBLEMÁTICA DA VOZ FEMININA NA CONTEMPORANEIDADE

Tailane de Jesus Sousa

### RESUMO

A questão feminina está em evidência no mundo ocidental, mas não apenas nele. É interessante, então, analisar suas singularidades no âmbito da literatura, uma vez que esse tema constitui uma reivindicação presente na construção literária. Assim, na contemporaneidade, a partir da valorização de um discurso literário polifônico, torna-se audível, principalmente nas narrativas construídas por mulheres, a enunciação de um feminino requerendo a legitimação do seu discurso. Eleva-se, assim, uma enunciação que se propõe uma fala de viés igualitário. Empregando o recurso da autoconsciência, as autoras inscrevem traços que evidenciam a problemática da representação da voz feminina que busca a legitimidade de seu sujeito e o reconhecimento da sua subjetividade em cada espaço literário. A busca peculiar a essas autoras é que elas inserem na sua malha textual questões pertinentes à representação do feminino na contemporaneidade, bem como os discursos sobre esse feminino, a implosão do sujeito e da voz da escrita. Em um momento em que as mudanças de saberes acontecem em intervalos cada vez mais curtos, a representação da voz feminina merece uma atenção especial.

**Palavras-chave:** Voz feminina. Literatura contemporânea. Autoconsciência.

O desejo que orientou este trabalho surgiu da exigência, na contemporaneidade, de analisar os vários discursos produzidos pelo sujeito contemporâneo. Assim, investigar a representação da voz feminina construída nas narrativas contemporâneas ocidentais constitui-se um ato de legitimação desse próprio sujeito. Portanto, revela-se de fundamental importância fazer emergir, no trabalho da crítica literária, algumas singularidades dessa expressão, uma vez que esse assunto representa uma atitude legitimadora na escrita literária de algumas autoras contemporâneas.

## 1 INTRODUÇÃO

A emergência dos estudos culturais e, mais especificamente, dos estudos de gênero e sexualidade, levou, à sociedade contemporânea, a discussão sobre a dinâmica das categorias de masculino e feminino, homem e mulher (BOURDIEU, 2014). Sendo assim, a compreensão de gênero enquanto uma categoria de análise dos procedimentos históricos (SCOTT, 1995 [1986]) tornou-se útil, principalmente, pela proposta intrínseca de revisão dos processos da naturalização desses conceitos. A partir desse raciocínio foi possível observar que a naturalização de uma determinada visão dos gêneros, que na verdade era socialmente construída, ignorava a arbitrariedade com que o mundo social constrói os corpos dos sujeitos, produzindo uma experiência que apreende o mundo enquanto realidade sexualizada (BOURDIEU, 2014). Conclui-se, então, que a percepção de tais categorias como um processo contínuo de construção dos sujeitos no âmbito de uma dada cultura faz-se necessária à medida que convoca esses mesmos sujeitos à revisão histórica.

Torna-se imprescindível, portanto, recuperar a importância do feminino na história, evitando a perpetuação de estigmas sociais provenientes da apreensão do simbólico como natural. As construções em torno de masculinidade e de feminilidade, a partir dos séculos das luzes, com as descobertas da biologia (BADINTER, 1993), difundiram as diferenças entre os sexos biológicos como principal argumento para as diferenças entre homens e mulheres. No entanto, “[...], as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais [...] são uma construção social que encontra seus princípios no princípio da divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 2014, p.30). Esses estudos que envolvem as categorias de gêneros, por conseguinte, inauguram possibilidades de compreensão das relações que se estabelecem entre o masculino e o feminino – na verdade, segundo Louro (2003), masculinos e femininos, no plural – e os traços singulares evidenciados nas relações sociais que aí se desenvolvem. Badinter

(1993, p. 11), em **XY: sobre a identidade masculina**, ao analisar a trajetória da construção do masculino, observa, ainda, em relação ao feminino:

A história das sociedades patriarcais prova que são sempre as mulheres, e não os homens, que suscitam os grandes questionamentos. Isso se explica facilmente pelo *status* privilegiado que têm os homens neste tipo de sociedade. [...] Ao contrário do que diz a ideologia do patriarcado, os homens não são os primeiros referenciais da humanidade, e sim as mulheres. É em relação a elas e contra elas que eles se definem.

Ou seja, é na controvérsia do feminino que as transformações ocorrem. Realiza-se, portanto, na contemporaneidade, uma nova ordem de apreensão das relações sociais, o que torna fundamental a investigação dos discursos produzidos por esses sujeitos subalternizados ao longo da história, também a averiguação do uso da linguagem em seus hábitos sócio-históricos, bem como as relações que estabelece com o mundo.

Como mediadora dessas relações, a linguagem adquire a materialidade e reflete as peculiaridades de seu usuário, travestindo-se e acompanhando as mudanças que o delineiam em seu trajeto histórico. A compreensão da linguagem é essencial para o entendimento do mundo, dos homens e das relações que entre eles se estabelecem, por isso importa saber como ela se articula, como é percebida e entendida por quem a utiliza [...] (CARVALHO, 2012, p.15).

Assim, visto a importância do estudo da linguagem para a compreensão das novas relações estabelecidas entre os sujeitos e as marcas dos seus discursos na sociedade contemporânea, refletir sobre a lógica enunciativa dos discursos femininos presentes nas narrativas da literatura contemporânea e sua construção discursiva suscita, igualmente, uma discussão sobre a própria inserção desse texto na cultura e a sua vocalidade no contexto contemporâneo. Além disso, sugere o debate em torno do discurso androcêntrico e como ele se utilizou também da literatura como região mediadora das relações sociais entre homens e mulheres nas sociedades patriarcais. Portanto,

Falar da instituição ‘literatura’ e a presença da mulher no espaço dos discursos e saberes é, pois, um ato político, pois remete às relações de poder inscritos nas práticas sociais e discursivas de uma cultura que se imaginou e se construiu a partir do ponto de vista normativo masculino, projetando o seu outro na imagem negativa do feminino (SCHMIDT, 1995, p. 185).

## A ESCRITA FEMININA E O PAPEL DA AUTOGRÁFICA

A presença de uma voz feminina enunciada distinta da masculina (ARAÚJO, 2012) sempre existiu na literatura. Entretanto, graças à construção simbólica de um feminino fragilizado e infantil, houve a negação histórica do seu lugar enunciativo de sujeito do discurso – uma fala imbuída de significação e representação desse sujeito – desqualificando a legitimidade de suas narrativas literárias.

Se, por um lado, sabemos que a patriarquia nunca impediu a mulher de falar (e de escrever), por outro, sabemos que sempre se recusou a ouvi-la quando ela não falou (ou escreveu) do ponto de vista do universal, isto é, do ponto de vista masculino. Falando de uma posição que desconhece a alteridade – a categoria chave para pensar-se a diferença – a crítica literária [...] reforça a afirmação dos limites culturais/sociais da mulher pois, ao exercer julgamento de valor referenciado na ordem de um centro monolítico, absoluto e idêntico (o sujeito e a cultura dominante) desqualifica as suas construções de sentido e representação como se o próprio conceito de legitimidade do que é considerado literário ou não-literário pairasse acima e além das práticas sócio-culturais (SCHMIDT, 1995, p. 185).

Historicamente, o discurso androcêntrico produziu um apagamento da figura feminina em diversos aspectos, emudecendo e secundarizando suas produções literárias. Inaudível, a voz feminina – o lugar de enunciação do feminino enquanto sujeito do discurso – permaneceu à margem da historiografia literária. Autoras contemporâneas, propondo alçar essa voz silenciada à legitimidade, escrevem uma literatura particular: a narrativa que elas realizam não solicita a superposição de discursos – o novo pelo velho –, mas a coexistência dessas milhares de vozes subalternizadas pela cultura

androcêntrica, sugerindo, dessa maneira, existência da voz feminina enquanto voz da alteridade. Segundo Schmidt (1995, p. 187), “o feminino [...] se desdobra na prática representacional da resistência do sujeito consciente que estilhaça o discurso das exclusões para lançar a pergunta impensada: o que acontece quando o objeto começa a falar?”.

Essa voz enunciada, apresentada nos textos de algumas autoras contemporâneas (Lídia Jorge, Maria Gabriela Llansol e Hilda Hilst), é uma representação do sujeito feminino que rejeita a definição arbitrária ancorada, apenas, na diferença entre os corpos biológicos – percepção radicada pela cultura patriarcal que exclui, peremptoriamente, a noção de corpo social e de construção simbólica da subjetividade dos indivíduos. Esse sujeito do discurso, encenado na escrita contemporânea, tem procurado se compreender enquanto construção sócio-histórica mediada pela linguagem. Sabendo que “[...] a intervenção da palavra escrita como modo de intervir no espaço público e reivindicar seu espaço político e artístico” (CERQUEIRA, 2012, p.21) pode ser temática das narrativas produzidas por esses sujeitos, preocupados em dialogar, no espaço do literário, com diversas concepções críticas, além daquelas cujas perspectivas se debruçam exclusivamente sobre a arte da palavra escrita, propomos observar essas narrativas como conscientes da sua função crítica no campo simbólico da contemporaneidade.

A literatura autocrítica é uma narrativa metaficcional (BARRENTO, 2009, p.95), consciente do seu papel social enquanto texto literário, pois reflete, no próprio ato de narrar, seus meios e processos. Através da busca por alçar à legitimidade suas vozes, essas produções narrativas propõem desautorizar a noção de neutralidade do discurso androcêntrico. Sendo assim, a intelectual contemporânea, atenta às transformações que as categorias de gênero vêm atravessando e às necessidades de discussão do seu papel de mulher

na sociedade contemporânea, propõe, no interior de sua escrita literária, questionamentos de diferentes ordens.

Percebe-se, então, a necessidade dessa escritora contemporânea de se posicionar no seu espaço de escrita, considerando a problemática do significado do discurso e suas configurações representativas, como problemática de seu próprio lugar na sociedade (CERQUEIRA, 2012, p. 26).

As autoras em questão provocam uma “fala” da mulher para apresentar uma outra emergência desses sujeitos. O discurso dessas autoras está calcado em outros discursos – seja através da apropriação, da ironia, da releitura histórica. A inserção – e até mesmo apropriação – desses discursos em suas narrativas, de certo modo, produz questionamento crítico das imagens discursivas do feminino na história das expressões criativas. Assim sendo, o diálogo que essa escrita contemporânea propõe é com o lugar literário da mulher:

[...] nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas em graus variáveis pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também, em graus variáveis pelo emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1992, p. 314).

Enquanto o discurso que engendra uma voz masculina apresenta-se como neutro (BOURDIEU, 2014), subtraindo a noção de *diferença*, o discurso que enuncia uma voz feminina realiza um diálogo permanente com a tradição literária para legitimar seu lugar nessa mesma tradição. Acreditamos que, através do movimento da autoconsciência como construtora da personagem (BAKHTIN, 1981), tais autoras reivindicam seu direito à enunciação e à representação do feminino na literatura, revelando uma voz consciente da sua condição feminina na sociedade. É fundamental elucidar o conceito bakhtiniano de autoconsciência, segundo o qual a personagem, construída sob este aspecto, não é uma representação dotada de características típico-

sociais definidas, mas, como um sujeito que detém a última palavra sobre si e sobre o mundo.

## A PROBLEMÁTICA DA VOZ FEMININA NO CENÁRIO LITERÁRIO

Como vimos, a tradição historiográfica da literatura ocidental relegou ao feminino (sua identidade e estética) a condição de mero espectador no contexto da produção artística e cultural: “a mulher, por ser considerada de inteligência fraca, ou mesmo sem inteligência, dom exclusivo dos homens, não servia para dedicar-se aos estudos, às ciências” (CARVALHO, 2012, p.50). Entretanto, apesar de encarnarem sujeitos ausentes de autonomia na produção (e disseminação) de discursos socioculturalmente reconhecidos, as mulheres, no decorrer da história das sociedades patriarcais, não se eximiram da criação artística, participando, portanto, dos períodos de efervescência da produção literária ocidental.

Na impossibilidade de reconhecer-se numa tradição literária, em que as limitações impostas pelas imagens literárias lhe apontavam o papel da musa ou criatura, as escritoras [...] tiveram que lutar contra as incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de *autora*, quanto à sua *autoridade* discursiva para afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura lhe apresentava (SCHMIDT, 1995, p.187, grifos da autora).

Logo, a instância que lhe foi negada pela ideologia patriarcal (BOURDIEU, 2014) não diz respeito, necessariamente, a participação no âmbito da escrita criativa, bem como na esfera científica, mas ao direito de ter sua autorrepresentação reconhecida enquanto perspectiva da literatura. Sabedores dessa lógica imposta à escrita das mulheres nos grupos sociais de ordem androcêntrica, principalmente, no que precede a contemporaneidade, propomos uma inquietante consideração: a voz e a representação do feminino que ressoavam no campo do literário configurar-se-iam, portanto, em encenações de uma construção forjada – no *canon* de literatura em língua portuguesa, inclusive, encontramos figurações de uma voz feminina declarada nas cantigas medievais galego-portuguesas. A existência de um cenário no qual a personagem feminina é a protagonista e seus interlocutores



estão imersos no cotidiano da mulher – representação do espaço íntimo reservado ao feminino em oposição ao espaço público destinado ao homem (os salões da corte, presente nas cantigas provençais) – demanda a investigação da cenografia validada por esse discurso.

Nas cantigas de amigo, uma voz feminina aparece relatando o enlace amoroso que viveu e as saudades que sente do “amigo” que se foi. Entretanto, esse etos da voz feminina não nos parece um ato legitimador, já que a voz enunciativa que reivindicava o espaço feminino através da literatura (representação), segundo a tradição, seria masculina, produzindo uma voz feminina forjada.

Quase que exclusivamente, aqueles que escreviam eram homens, e muitos deles religiosos. Assim, o período foi marcado pela influência dos clérigos e pelo espírito cristão, pesando imensamente na elaboração da imagem feminina. A rigor, a literatura pode ser instrumento de análise, fornecedora de modelos idealizados ou não, de certos tipos de mulher, diversificados de acordo com a época e o meio social do autor. Dessa maneira, a obra literária pode revelar o ponto de vista masculino sobre o “outro” feminino numa época em que a mulher tinha sua voz cassada (ARAÚJO, 2011, p.1623).

Quando, na contemporaneidade, essas autoras “reclamam” para suas poéticas uma voz feminina, podemos perceber que é na tentativa de legitimar essa voz. Empregando o recurso da autoconsciência, as autoras inscrevem traços que evidenciam a problemática da representação de uma voz feminina que busca a legitimidade de seu sujeito e o reconhecimento da sua subjetividade. Logo, o espaço reivindicado por esse sujeito é uma instância da enunciação. Sendo assim, cabe a estas autoras, cujo direito à enunciação foi negado, deixar fluir na escrita tais tensões.

Assim, quando escritoras portuguesas contemporâneas, como Lúcia Jorge, Teolinda Gersão, Maria Velho da Costa, Maria Gabriela Llansol, por exemplo, “reclamam” para suas construções narrativas uma enunciação feminina, assumem, tanto no cerne de suas criações

literárias quanto no modo como decidem narrá-las, um posicionamento reivindicatório. Essas autoras, de identidades biográficas femininas, propondo um texto metaficcional (BARRENTO, 2009), projetam uma discursividade do feminino que mobiliza diversas instâncias de construção desses sujeitos, escrevendo uma prosa com características muito peculiares: seja na construção de suas personagens, no jogo narrativo empregado nos textos, nos cenários fluidos suscitados pela escrita, no tempo assumido como instância ficcional e memorialística,

No romance português escrito por mulheres, o tempo – sugere ainda Isabel Allegro de Magalhães – é substituído pela fuga para uma permanente viagem dos sentimentos em figuras de mulheres telúricas, solitárias e misteriosas (em Agustina, Lídia Jorge, Hélia Correia), sonhadoras em busca de uma qualquer alteridade para a existência (em Teolinda Gersão ou Teresa Veiga), mergulhadas num presente que quase sempre significa muito pouco para elas e que por isso é recoberto por momentos narrativos emocionalmente tingidos de passado ou de futuros utópicos (BARRENTO, 2009, p.93).

No que tange os estudos de Barrento (2009), essas escritoras contemporâneas problematizam as noções “tradicionais” de tempo-espço na sua escrita literária, engendrando uma percepção do tempo de forma distinta. Portanto, seguramente, também é a partir da perversão da lógica temporal exercida em suas narrativas que essas autoras propõem problematizar a inserção do feminino como sujeito de enunciação do discurso literário. Além do tempo, a linguagem torna-se sintomática dessa atitude: a língua, bem como a cenografia que ela instaura, não se condiciona como mero elemento imerso no tecido literário, mas como construto essencial e autorreferente na composição desse texto. Tais traços, inseridos na composição do artifício da voz feminina, seriam singularidades expressas no recurso da autoconsciência. Diante disso, podemos inferir que, no corpo de suas produções literárias, essas autoras assumem um projeto de desejo reivindicatório.

Ressaltamos, contudo, um aspecto peculiar dessa criação: a despeito de representar uma voz assumidamente feminina, não intenciona recobrar uma fala “verdadeira” da mulher – neste caso, homóloga a fala onipresente da voz narrativa masculina –, fala galgada numa suposta essência/pureza do feminino. Pois, o que se verifica é a construção de uma instância narrativa que se propõe resgatar uma enunciação rasurada na história das sociedades ocidentais de ideologia patriarcal. Esse subterfúgio, construído através do recurso da autoconsciência enquanto dominante artístico (BAKHTIN, 1981), revela-se com o intuito de legitimar um etos feminino na contemporaneidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A narrativa que engendra a voz feminina sofreu, ao longo da historiografia literária, um processo de cerceamento desse sujeito e, conseqüentemente, da sua voz. Segundo Louro (2003, p. 17), “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência”. Por isso, na contemporaneidade, o sujeito feminino assumiu a tarefa de fazer-se ouvir enquanto sujeito do discurso. Portanto, o interesse das autoras contemporâneas em alçar à legitimidade a voz feminina e reivindicar o lugar de enunciação desse sujeito, bem como dos seus discursos e das suas criações artísticas, pode ser considerado, um ato político. Perante essa conjuntura, resgatar arquivos culturais sobre a voz feminina – seja aquela forjada pelo poeta, como nas cantigas de amigo, ou reivindicada por escritoras cujas vozes foram rasuradas pela tradição – surge como exemplo do interesse, na contemporaneidade, por desarticular a visão canônica do passado literário ocidental, ressignificando a participação feminina, suas produções e representações no campo da literatura.

Discutir a voz feminina na contemporaneidade é problematizar o sujeito da enunciação feminina que foi rasurado da narrativa literária. Fazer emergir um discurso no qual o feminino assume um aspecto enunciativo é a proposta de algumas produções contemporâneas – na literatura, na fala jornalística, nas redes sociais. Desse modo, ao escreverem textos literários que revelam uma voz feminina reivindicativa, algumas escritoras contemporâneas, como Lídia Jorge, Hilda Hilst e Maria Gabriela Llansol, evidenciam a problemática da condição da mulher na contemporaneidade, bem como do lugar da intelectual no cenário da escrita literária. Assim, estudar a relevância tanto das escritoras contemporâneas quanto dos discursos sobre a mulher – ora na fala ocultada de certas autoras, ora nos discursos “autorizados” pela fala “universal” – evidencia mais uma tarefa que se impõe ao pesquisador e/ou crítico contemporâneo.

Sugerindo um diálogo permanente com a tradição e a cultura, esses escritos propõem a desnaturalização de determinados conceitos socialmente instituídos – como as construções simbólicas em torno do masculino e do feminino, por exemplo. Sendo assim, é de vital importância, à sociedade contemporânea, problematizar o discurso onisciente da narrativa cultural e outorgar, à legitimidade enunciativa, as vozes ocultadas pela tradição. Essa multiplicidade de falas, inaudível nos compêndios da historiografia literária, hoje é foco das representações artística e não artística. Assim, as narrativas produzidas por essas autoras têm como função, enquanto objeto estético, fazer emergir as vozes silenciadas pela cultura dominante e alçá-las à legitimidade. Logo, trazer à superfície do texto essas vozes relegadas a segundo plano é pôr em curso, na profusão poética da contemporaneidade, um projeto literário que visa a reivindicar o lugar de enunciação dos sujeitos subalternizados e a autorrepresentação dos seus discursos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Lopes de. **A representação da mulher no romance contemporâneo de autoria feminina paranaense**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ARAÚJO, Márcia Maria de Melo. A voz feminina nas pastorelas galego-portuguesas. In: XIV SEMINÁRIO NACIONAL E V SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 1., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wpcontent/uploads/2012/01/marcia\\_maria\\_melo.pdf](http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wpcontent/uploads/2012/01/marcia_maria_melo.pdf). Acesso em: 30 jun. 2014.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].

BAKHTIN, Mikhail. **Problemática da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981 [1963].

BARRENTO, João. A nova desordem narrativa: sujeito, tempo e discurso acentrados no romance de mulheres em Portugal. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 89-98, nov. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: BestBolso, 2014 [1998].

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. **A construção de uma discursividade feminista em Sergipe: a Revista Renovação na década de 1930**. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2012.

CERQUEIRA, Cláudia da Cruz. 2012. **Referências, reivindicações e resistências críticas na construção narrativa d'O vento assobiando nas gruas, de Lídia Jorge**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira (Org.). **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária:** enunciação, escritor, sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1993].

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Marcia Hoppe (Org). **Rompendo o silêncio:** gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995 [1986].